

FIC
FACULDADE DE
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO



Simone Antoniaci Tuzzo
Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar
Claudomilson Fernandes Braga
(Organizadores)

Gestão de Crises, Relações Públicas e COVID-19

Coleção Pensamentos

Volume 3

CEGRAF

Gestão de Crises, Relações Públicas e COVID-19

Coleção Pensamentos
Volume 3

Simone Antoniaci Tuzzo
Adriane Geralda Alves do Nascimento César
Claudomilson Fernandes Braga
(Organizadores)

1ª Edição

Faculdade de Informação e Comunicação

Angelita Pereira de Lima
Diretora

Erinaldo Dias Valério
Vice-Diretor

Universidade Federal de Goiás

Edward Madureira Brasil
Reitor

Sandramara Matias Chaves
Vice-Reitora

Diretora do Cegraf UFG
Maria Lucia Kons

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer
Universidade Federal de Goiás – UFG

Ana Rita Vidica Fernandes
Universidade Federal de Goiás – UFG

Andréa Pereira dos Santos
Universidade Federal de Goiás – UFG

Antonio Fausto Neto
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– Unisinos

Claudomilson Fernandes Braga
Universidade Federal de Goiás – UFG

Daniel Christino
Universidade Federal de Goiás – UFG

**Goiamérico Felício Carneiro dos
Santos**
Universidade Federal de Goiás – UFG

Jairo Ferreira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– Unisinos

Janaina Vieira de Paula Jordão
Universidade Federal de Goiás – UFG

José Luiz Braga
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– Unisinos

Luciano Alves Pereira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Luiz Antonio Signates Freitas
Universidade Federal de Goiás – UFG

Magno Luiz Medeiros
Universidade Federal de Goiás – UFG

Márcia Perencin Tondato
Escola Superior de Propaganda e
Marketing – ESPM

Simone Antoniacci Tuzzo
Universidade Federal de Goiás – UFG

Suely Gomes
Universidade Federal de Goiás – UFG

Tiago Mainieri de Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Capa:
Carlos Henrique Martins

Projeto Gráfico:
Carlos Henrique Martins

Editoração eletrônica:
Carlos Henrique Martins

Preparação dos Originais e Revisão Geral:
Carlos Henrique Martins e Simone Antoniaci Tuzzo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/U

G393 Gestão de crises, relações públicas e COVID-19 [Ebook] / Organizadores, Simone Antoniaci Tuzzo, Adriane Geralda Alves do Nascimento César, Claudomilson Fernandes Braga. – Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

148 p. : il. – (Coleção Pensamentos; 3)

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-86422-32-0

1. Crises – Aspectos sociais. 2. Relações públicas. 3. Mídia social.
4. Epidemias I. Tuzzo, Simone Antoniaci. II. César, Adriane Geralda Alves do Nascimento. III. Braga, Claudomilson Fernandes. IV. Faculdade de Informação e Comunicação.

CDU: 659

Bibliotecária responsável: Amanda Cavalcante Perillo / CRB1: 2870

SUMÁRIO

1) VULNERABILIDADES REVELADAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COVID-19	07
Claudemilson Fernandes Braga Simone Antoniaci Tuzzo Rhayssa Fernandes Kalyne Menezes	
2) PANDEMIA DE COVID-19 E A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO PRONUCIAMENTO DO PRESIDENTE BOLSONARO CONTRA O ISOLAMENTO SOCIAL	21
Tiago Mainieri Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro	
3) GESTÃO DE CRISES E COVID-19: A VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E PESSOAS DO GRUPO DE RISCO	36
Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar Gardene Leão de Castro	
4) PERCEPÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA	47
Daiana Stasiak Lutiana Casaroli	
5) ENSAIO SOBRE AS FUNÇÕES DOS RELAÇÕES-PÚBLICAS COMO GESTORES SISTÊMICOS: RESSIGNIFICAÇÕES FRENTE ÀS MUTAÇÕES MERCADOLÓGICAS EM MEIO À COVID-19	57
Simone Antoniaci Tuzzo Carlos Henrique Martins	
6) A ÉTICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: A COVID-19 E AS NOVAS FORMAS DE VER O MUNDO	74
Divina Eterna Vieira Marques Gardene Leão de Castro	
7) O EVENTO: DO TRADICIONAL AO HIGH-TECH EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS	84
Maria Francisca Magalhães Nogueira Rose Mendes da Silva Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar	
8) PSICOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE	91
Luciano Alves Pereira Jordanna Vieira Duarte	
9) IDEIAS PARA DEPOIS DO FIM DO MUNDO: A BIOPOLÍTICA E A PANDEMIA	107
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira Flávia Martins dos Santos	
10) O EFEITO BORBOLETA NA PANDEMIA DA COVID-19: CAOS, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MIRÍADE DE SENTIMENTOS	124
Thâmara Sampaio Vasconcelos Vilela	

RELAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 E AS NOVAS REALIDADES SOCIAIS

Algumas profissões possuem múltiplas formas de atuação e conseguem desenvolver atividades em uma diversidade de organismos sociais, capaz de reescrever e repensar sua vocação a cada transformação.

Por ser social, a comunicação, e em especial as Relações Públicas, carregam a marca da antecipação aos fatos, do pensamento reflexivo de adequação às novas realidades que se apresentam com os acontecimentos.

Diversos são os campos, vastos são os alcances de seus planejamentos estratégicos, plurais são seus públicos.

A sociedade é ditadora de profissões ao criar novas demandas a partir de tecnologias e descobertas que recriam as formas de estudar, aprender, trabalhar, se divertir, se alimentar. Além disso, as relações com o vestuário, o transporte e a comunicação.

Para tudo isso, o olhar atento das Relações Públicas que interage, reflete e busca a compreensão da integração e da inter-relação entre as organizações e delas com seus diversos públicos. Desta forma, ao tempo em que a profissão reorganiza a sua relação com a sociedade, também se vê como a maior incentivadora de uma transformação da profissão que se reinventa constantemente.

Se isso, por si, já é uma rotina, ou seja, se as mudanças e transformações já são o normal desta profissão em suas múltiplas atuações como profissionais liberais ou em organizações do primeiro, segundo, terceiro setor, públicas e privadas, o acontecimento que agora abala o mundo se mostra como ainda mais desafiador.

A pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, o corona vírus ou Covi-19, (a sigla é extraída das palavras corona vírus 2019), descoberto na China no final de 2019 e que avançou pelo mundo em 2020, faz com que cada ser humano repense a sua existência e o seu papel diante de uma sociedade que ainda não tem muita certeza do que restou dos antigos hábitos e da sociedade que conhecíamos até o início da crise sanitária que causa impacto em todos os campos da existência humana.

O Volume 3 da coleção Pensamentos foi produzido por professores do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, além de convidados que se dedicaram a pensar os diversos campos de atuação da profissão e dos profissionais de Relações Públicas em uma realidade social em plena transformação.

Os dez artigos aqui colocados são escritos no momento em que o Brasil atinge a triste marca de um dos países mais afetados pela doença.

O vírus tudo mudou... o isolamento social, o medo do contágio, o caos diante de uma sociedade não preparada instrumental e ideologicamente para compreender e atuar de forma eficaz diante de um abalo inesperado e avassalador.

Por tudo isso os vários capítulos que aqui se apresentam são uma reflexão desses diversos campos de atuação dos Relações Públicas e de uma profissão de vários olhares que responde sim, ao chamado de um repensar crítico e reflexivo sobre como será o novo mundo que ora se inicia.

Simone Antoniaci Tuzzo
Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézár
Claudomilson Fernandes Braga

VULNERABILIDADES REVELADAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COVID-19

Claudemilson Fernandes Braga: Pós-Doutor em Psicologia pela PU-C-GO. Docente do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: claudomilson_braga@ufg.br



Simone Antoniaci Tuzzo: Pós-Doutora e Doutora em Comunicação pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: simonetuzzo@ufg.br; www.simonetuzzo.com



Rhayssa Fernandes: Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela UFG. Professora no Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. E-mail: rhayssafernandesrp@gmail.com



Kalyne Menezes: Jornalista. Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing, Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra e Doutoranda em Comunicação, Cultura e Cidadania, UFG. Membro dos grupos de pesquisa “Mídia, Imagem e Cidadania” e “História da Comunicação em Goiás”, CNPq. E-mail: mkskalyne@gmail.com



VULNERABILIDADES REVELADAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COVID-19

Claudomilson Fernandes Braga

Simone Antoniaci Tuzzo

Rhayssa Fernandes

Kalyne Menezes

Resumo

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) alterou o modo de vida das populações ao redor do mundo e tem revelado novas perspectivas no que se refere à sobrevivência humana; a forma como nos relacionamos, trabalhamos. Elaborada a partir da técnica de Evocações Livres e analisada pela perspectiva da Teoria Estrutural desenvolvida por Jean Claude Abric (1998), o objetivo deste artigo é identificar as Representações Sociais que as pessoas têm em relação à COVID-19 e, conseqüentemente, quais crenças e quais sentimentos possuem em relação aos diversos aspectos que envolvem a pandemia. Com uma amostra aleatória de 148 sujeitos ($n=148$) de ambos os sexos e uma faixa etária média de 30,6 anos, a pesquisa revela que para os sujeitos, a COVID-19 está fortemente associada à noção de morte, medo e doença, indicando um cenário de pânico na população. Os resultados revelam ainda nos termos evocados a expressão isolamento, sugerindo que os sujeitos reconhecem a importância desta ação como forma de prevenção. Todavia, o baixo índice de isolamento no país revela, em última instância, elevado grau de vulnerabilidade econômica da população, não sendo possível cumprir as orientações das autoridades sanitárias. Em outros termos, segundo os resultados da pesquisa, apesar da pandemia significar morte, doença, parece não ser possível evitá-la pelo isolamento – termo também evocado, por questões de sobrevivência, revelando um dilema na população: ao aderir ao isolamento coloca em risco sua sobrevivência; ao desobedecer ao isolamento corre o risco de contaminação e, por conseguinte, da morte.

Palavras-chaves: Representações Sociais; pandemia; vulnerabilidade; morte; Covid-19.

Introdução

A Ciência¹, que no último século e de maneira espantosa nas últimas décadas se desenvolveu de modo absolutamente fantástico, por um lado tenta compreender a humanidade em todos os sentidos; por outro determina a nossa existência de modo definitivo. É a verdade da Ciência.

Quando a mesma ciência que cura, define que você é portador de determinada característica de personalidade, por exemplo, ela, (a Ciência) define o destino do homem de modo absoluto e definitivo. Provavelmente nunca mais você se desvencilhará deste “rótulo”. Até do controle da religião é possível se livrar, bastando apenas deixar de acreditar em Deus. Da Ciência parece não ser possível.

Arriscamos dizer que não há nada mais controlador do que a Ciência, e neste edifício conceitual que estamos inseridos, terceirizamos a vida pra Ciência. Atribuímos a ela o poder de definir quem vai e quem fica. O que somos, quem somos e quem podemos ser.

1 Sobre o conceito de Ciências ver: ACEVEDO, J.A. e ROMERO, P. A. Creencias sobre la naturaleza de la ciencia: un estudio con titulados universitarios en formación secundaria. **Revista Iberoamericana de Educación**, 1-20. 1999.

Baseados na verdade da Ciência, aspectos inerentes ao mundo natural foram estranhamente interpretados e compreendidos e de certa maneira foram ao longo da história negados, como a vida e a morte. De nada adianta ser rico ou pobre; branco ou negro; anônimo ou celebridade. A nova realidade que se impõe em algum momento nos obrigará a voltar à natureza.

Neste sentido, a Ciência nos reveste de uma capa civilizatória criada e validada pela humanidade, sobretudo, após a Revolução Industrial. E ao fazê-lo, a humanidade se dispôs a validar aquilo que a Ciência define como correto, adequado, gerando assim uma representação do que é a Ciência, agora em uma situação pandêmica.

É neste bojo de complexidade, de disputa, que em meados de dezembro de 2019 o já conhecido coronavírus (H1N1, SARS) (re) surge na China com uma nova cepa. O chamado novo coronavírus, ou COVID-19 (o nome é a junção das palavras Corona Vírus 2019) como denominou a Organização Mundial da Saúde (OMS) é agressivo, com alto poder de contaminação e disseminação. Um inimigo invisível e silencioso. Decreta-se a pandemia, algo que a humanidade não vivenciava deste a gripe espanhola do início do século passado.

Novamente a Ciência foi chamada para combater esta ameaça e a partir da sua narrativa, a COVID-19 surge como uma nova realidade, ditando novas regras de convivência, cujos comportamentos são descritos e validados pela Ciência. E novamente as representações da Ciência sugerem, em função do seu discurso, a representação da doença. Agora o isolamento e o distanciamento social são as regras da convivência humana. Em termos econômicos tudo mudou. Produtos e serviços anteriormente oferecidos para boa parte da população, agora são classificados em essenciais ou não. Para o vírus as fronteiras não existem; nem as diferenças culturais. Ele (o vírus) é global.

É neste (novo) cenário global que a humanidade, agora revestida de uma nova capa civilizatória desenvolve sua compreensão do que exatamente é a COVID-19. Desenvolve seu próprio entendimento, sua própria narrativa. Em parte por aquilo que a Ciência definiu como conceito, mas também, provavelmente em maior proporção, por aquilo que a Comunicação e seu aparato tecnológico publicizou.

É, portanto, no espaço entre o que diz a Ciência, a partir dos seus especialistas; o que diz os veículos de comunicação; e o que chega aos lares, agora isolados, do ponto de vista da mediação ou da quase mediação conforme preconizado por Thompson (2008), que ocorrem as interpretações e (re) interpretações sócio cognitivas do que exatamente é a COVID-19. Falamos, destarte, das Representações Sociais do novo coronavírus. É, portanto, sobre esta nova realidade e sobre este objeto – a COVID-19, que este artigo se debruça.

Com o objetivo de identificar as Representações Sociais da COVID-19 e conseqüentemente quais crenças e quais sentimentos os sujeitos da pesquisa possuem em relação à pandemia, que este artigo foi elaborado tendo como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais de uma forma geral e de modo particular a Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean Claude Abric (1998), da qual adotamos seu aparato teórico-metodológico.

Em relação aos resultados, entendemos como sendo aplicável à boa parte da população, já que o fenômeno da pandemia não escolhe classe social, renda, faixa etária e atinge a todos igual e indistintamente, em que pese a utilização de um processo amostral no estudo.

As Representações Sociais

Do Bú *et al* (2020) afirmam que as diversas áreas do conhecimento têm estudado a COVID-19, dentre elas a saúde pública, a epidemiologia e a psicologia. No campo da psicologia social, destaca-se a formação de representações sociais em relação ao novo coronavírus, e o papel da mídia como fundamental nesse processo, uma vez que está ligado às normas, formas simbólicas, condutas dentro de uma sociedade. Neste sentido, destacamos a importância dos estudos à luz da Teoria das Representações Sociais, já que estas são partilhadas e compartilhadas por um grupo de pessoas.

Para Moscovici (1981), fundador dos estudos de representações sociais, os indivíduos não criam nada novo, mas reproduzem e são reproduzidos. Assim, no campo do pensamento social, aspectos afetivos, simbólicos, cognitivos e outros são compartilhados em uma sociedade, por indivíduos ou grupos e, assim, tornam-se representações sociais. O conceito desenvolvido por Moscovici - cuja inspiração de base se refere aos estudos de Émile Durkheim sobre representações coletivas - no entanto, é atualizado e ampliado no campo da psicologia social, considerando que as sociedades são dinâmicas e cujas mudanças sociais são constantes e rápidas. Distanciando-se do conceito durkheimiano, sobretudo, pela dinamicidade das sociedades contemporâneas.

As representações sociais são uma maneira particular tanto de aquisição do conhecimento quanto de comunicar esse conhecimento adquirido e, para isso, utilizam-se de mecanismos simbólicos e icônicos (MOSCOVICI, 1981). Segundo o postulado a representação tem origem em um indivíduo ou em grupos de indivíduos e se refere a um objeto e a determinado conteúdo. Uma representação social tem relação direta com suas condições de produção e de circulação, e é constituída por um núcleo estruturante que determina e delinea o campo semântico da representação.

Todos os sistemas de representações, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2003, p. 37).

Os diálogos, discursos, padrões de trabalho e produção, rituais, culturas e outras práticas sociais, junto à comunicação, engendram as representações sociais. A análise da representação é centrada “nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social” (JOVCHELOVIYCH, 1995, p.79) que envolve, em sua totalidade, uma dinâmica diferente do que apenas indivíduos agregados. O sujeito social vai além do simples indivíduo, pois, pertence a contextos sociais e culturais bem definidos. Mesmo que as representações sociais sejam, em parte, expressões individuais, elas são diretamente relacionadas aos contextos e espaços sociais de produção e circulação e neste sentido, são grupais.

As representações sociais são uma forma de pensar e interpretar a realidade cotidiana e de conhecer as atividades mentais desenvolvidas pelos indivíduos e grupos para “fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem” (SÊGA, 2000, p. 128-129). Dessa forma, Sêga (2000) argumenta que o social aparece de diferentes formas, seja pelos contextos concretos em que os grupos se situam, seja pela comunicação entre os sujeitos, pelo que eles partilham referente a crenças, valores, ideologia, culturas. A representação social é um conhecimento prático e que dá sentido ao mundo, por meio do consenso presente nas diversas realidades e da construção de realidades que são partilhadas.

A representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela não é cópia do real,

nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. (SÊGA, 2000, p. 129)

Aliado a isso, Oliveira e Bertoni (2019) afirmam que as representações podem ser encontradas tanto na “mente” quanto no “mundo” dos sujeitos. Por esta razão, segundo os autores, é que as representações sociais devem ser estudadas quando se pode observar que as mesmas se encontram “espalhadas e cristalizadas na cultura onde se realiza o estudo” (OLIVEIRA e BERTONI, 2019, p. 11). Oliveira e Bertoni também argumentam a partir do estudo de autores como Jorge Vala (2010), que os indivíduos não apenas recebem e repassam informação, mas antes teorizam sobre ela, constroem sentidos, significados e a própria realidade social.

Outro ponto importante, argumentado por Moscovici (2005), é que as representações sociais mantêm sua força prescritiva e agem sobre os indivíduos de uma maneira sólida e duradoura. Os elementos organizados e estruturados das representações sociais são sedimentados pelos aspectos da tradição, que diz aos indivíduos como eles devem se expressar, e representar (OLIVEIRA E BERTONI 2019). O conceito de representações sociais de Moscovici

[...] perpassa pela ideia de que pessoas e grupos criam suas próprias representações a partir de elementos provenientes tanto dos processos comunicacionais quanto operacionais, e que uma vez criadas essas representações, sob âncora da dimensão coletiva, adquirem vida própria, transitam o tempo todo, se atraindo e se repelindo, de modo que enquanto novas representações nascem, outras, bem mais antigas, morrem. [...] (OLIVEIRA E BERTONI, 2019, p. 12)

Assim, compreende-se que as representações sociais são categorias de conhecimento que não apenas permeiam e se infiltram continuamente nos modos de pensar dos indivíduos, seus grupos, suas relações, sendo-lhes, portanto, familiar. O autor destaca os principais processos que atuam para construir e legitimar as representações sociais: a ancoragem e a objetivação. No primeiro, há uma seleção e recorte de elementos, o indivíduo classifica-os e nomeia-os, de maneira que o que é estranho e o perturba pode ser contextualizado e reinserido em um sistema de organização existente e, assim, tornar-se familiar ao sujeito. Aqui entramos na fase da objetivação, onde o que antes era estranho e intrigante passa a ser palpável, natural para o sujeito, formando as representações sociais que transformam o não-familiar em familiar.

Sêga (2000) afirma ainda que o lado figurativo de uma representação social é indissociável do seu lado simbólico, isto é, mesmo em representações mais comuns os comportamentos dos indivíduos ou dos grupos os comportamentos são definidos pela elaboração cognitiva e simbólica deles. O autor complementa seu argumento retomando os estudos de Denise Jodelet (2005), que afirma que para haver uma representação social é preciso que haja, inicialmente, um objeto a ser representado, e que o elemento figurativo, imagético, é uma das principais características que pode, inclusive, alterar sensações, ideias, percepções etc. Além disso, as representações possuem caráter simbólico, significativa, construtivo, autônomo e criativo.

Teoria Estrutural

Dando continuidade aos estudos de Moscovici (1981, 2003), destacam-se os trabalhos de Jean Claude Abric (1998) e outros pesquisadores acerca do núcleo estruturante das representações sociais. Nesta abordagem, recortada na Teoria do Núcleo Central, as representações sociais são organizadas por meio de sistemas ou núcleos central e periférico, que podem ser identificados por meio de frequência de evocações de palavras. Para Abric, o núcleo central (NC) é formado por elementos que dão sentidos e significados a uma representação social, podendo ser compreendido como um subsistema das representações sociais. O que vai definir o NC

de uma representação são as relações e a memória coletiva que os indivíduos ou grupos tenham com determinado objeto que, segundo Mazzotti (2002), é fortemente determinado pelas condições históricas, ideológicas e sociológicas do grupo.

Ferreira e Brum (2000) afirmam que é possível gerar o significado das representações sociais a partir de seu núcleo central, cujas características envolvem as relações com a memória coletiva, normas e a história do grupo; consenso, que está ligado à homogeneidade do grupo; à estabilidade; à coerência e à rigidez (pouco mutável). Para que uma representação social seja diferente é necessário que existam vários núcleos centrais diferentes, o que muitas vezes não ocorre em relação a um determinado objeto. O núcleo central é o que vai definir uma representação, “ele é o elemento estável que permite que as representações se perpetuem. Os valores, as crenças e as normas comuns de um grupo são mantidos e perpetuados através do núcleo central. Se ele se modificar, modifica-se também toda a representação” (FERREIRA e BRUM, 2000, p.10).

O NC teria algumas funções essenciais, conforme destaca Ferreira e Brum (2000, p.10): a) função geradora, pela qual os elementos da representação ganham valor e alteram sentidos; b) função organizadora, onde o núcleo central é o elemento que une os elementos de uma representação; c) função estabilizadora, cujos elementos são os mais resistentes às mudanças.

Sintetizando, pode-se afirmar que o núcleo central é ligado à memória coletiva de um grupo, estável e resistente a mudanças, consensual, pouco sensível ao contexto imediato, estável, rígido e gera significação da representação.

Já o sistema periférico, em oposição, é flexível, se modifica sendo sensível ao contexto imediato, permite integração de experiências e histórias individuais, e se adapta à realidade concreta com o objetivo de proteger o núcleo central das representações. As representações sociais periféricas também afetam o núcleo central, entretanto, diferentemente do NC, o sistema periférico muda muito mais facilmente. Por isso, as análises e estudos no campo das representações sociais buscam identificar o que se encontra em cada um desses núcleos, especialmente no núcleo central da representação, que é, na prática, aquilo que define o que grupos e sujeitos coletivos pensam acerca de determinado objeto e como provavelmente influenciarão as atitudes e ações tomadas a partir das representações.

Amostra, Métodos e Procedimentos.

O processo amostral que constitui este estudo é classificado como não probabilístico aleatório simples, já que todas as pessoas tiveram a mesma oportunidade de serem sujeitos da coleta. Deste modo, a amostra deste estudo é composta de 148 sujeitos ($n=148$) de ambos os sexos, com uma faixa etária média de 30,6 ($m=30,6$) anos, residentes no Centro-Oeste do Brasil, que compreende os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.

A coleta se deu por meio de formulário online compartilhado e (re) compartilhado pelas mídias sociais Facebook e WhatsApp, para grupos de pessoas diversos. A pesquisa se classifica como triangular visto que as questões elaboradas buscam identificar no objeto respostas quantitativas e qualitativas. As questões fechadas se classificam como quantitativas do tipo Likert. Com uma escala de 7 (sete) pontos, as questões fechadas questionam os sujeitos da pesquisa sobre o seu grau de concordância e discordância em relação aos seguintes aspectos: distanciamento social; decisões do governo federal em relação à COVID-19; decisões do governo estadual em relação à COVID-19; informações divulgadas pelos meios de comunicação (jornais e programas de televisão, programas de rádio, site de jornais e emissoras de televisão e demais plataforma de mídias sociais digitais) sobre a COVID-19. Na escala, 1 significa a maior discordância e 7 a concordância máxima.

As questões qualitativas foram elaboradas conforme metodologia das evocações livres e para tanto foi solicitado aos sujeitos da pesquisa a partir do termo indutor – “COVID-19” - citar quais as 5 (cinco) primeiras palavras e ou expressões que vinham a sua mente quando ouviam a palavra indutora permitindo evidenciar universos semânticos relacionados ao objeto da pesquisa. Também foram evocadas as 5 primeiras palavras e expressões quando ouviram o termo indutor “VÍTIMAS DO NOVO CORONAVÍRUS”.

O processo de análise elegeu como procedimento o arcabouço metodológico desenvolvido no âmbito da Teoria Estrutural e teve como auxílio o software Open Evoc elaborado por Pierre Vergès (2002), e com base nesse processamento chegamos ao provável núcleo central e sistema periférico da representação social da COVID-19. O software Open Evoc permite a realização de cálculos estatísticos, construindo matrizes de co-ocorrências, os quais servem de base para a construção do quadro de quatro casas.

Conforme Vergès (2002), os quatro quadrantes podem ser assim interpretados: no primeiro situam-se os elementos mais relevantes e, por isso, possíveis de constituírem o núcleo central de uma representação. Estes elementos são os mais prontamente evocados e citados com frequência elevada pelos sujeitos. O segundo e o terceiro quadrantes correspondem aos elementos menos salientes na estrutura da representação, contudo eles são significativos em sua organização. No segundo quadrante estão os elementos que obtiveram uma frequência alta, mas que foram citados em últimas posições; no terceiro quadrante encontram-se os elementos que foram citados numa frequência baixa, porém foram evocados primeiramente. No quarto quadrante estão os elementos que correspondem à periferia distante ou segunda periferia. Nele estão os elementos menos citados e menos evocados em primeira mão pelos sujeitos.

Resultados e Análises

1 - Análise Qualitativa

1.1 - Termo Indutor “Covid-19”

Os resultados representacionais referentes ao Núcleo Central COVID-19 e os sistemas periféricos indicam, conforme quadrante abaixo (Figura 1), que para os pesquisados a pandemia representa, sobretudo, risco de morte (10.58%), causando medo (5.53%) na população.

Figura 1: Quadrante Quatro Casas - Tabela Frequência x Ordem de Evocação (TabFreq) (N = 148)

++	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $< 3,5$	+-	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $\geq 3,5$
10.58%	Morte	3.79%	Doença
5.53%	Medo Pandemia	3.79%	Isolamento Social
4.27%	Quarentena		Auxílio Emergencial
3.95%			Caos
-+	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação $< 3,5$	--	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação $\geq 3,5$
	Contagioso		Ciência
	Contaminação		Doente
	Crise		Enfermeiros
	Desespero		Futuro

Fonte: Dados interpretados da coleta.

Apesar deste sentimento de medo da morte não ser muitas vezes expressado, ele representa o principal sentimento que parece circular entre os sujeitos da população. Dito de outra forma, a população receia o contágio, pois, tem o sentimento de que corre risco de morte.

Na primeira periferia (quadrante superior direito) as expressões mais evocadas foram “isolamento social” e “doença” expressando com clareza a compreensão da população em relação à pandemia. Se doença expressa a realidade vivida, o isolamento representa o único procedimento de proteção existente até o momento para se proteger do contágio. Se por um lado o medo da morte em função do contágio parece ser uma crença subjacente, ainda pouco expressada, apesar de sentida, o isolamento como forma de proteção contra a doença foi a atitude mais compreendida pela população.

O isolamento, contudo, que por um lado representa a única forma de conter o avanço dos casos de COVID-19, por outro, expõem a realidade nacional pouco (re)conhecida pela maioria da população brasileira, ou seja, a única forma de conter o contágio expôs uma camada enorme da população subempregada, sem renda, em atividade informal, sem acesso às políticas públicas de saúde, de higiene e de renda.

Em outros termos, o mesmo isolamento que salva vidas, pois inibe o contágio reduzindo a curva de contaminação, provoca mortes, pois retira todas as possibilidades de sobrevivência quando também inibe a aquisição de um mínimo de renda que garanta a sobrevivência da população que vive na informalidade e/ou está desempregada. Um paradoxo que expressa, provavelmente, o sentimento e a crença de que a COVID-19 é representada pela expressão “morte”. Morte pelo contágio quando não se isola; morte pelo não contágio quando, ao isolar-se, deixa de ter suas necessidades básicas atendidas, como, por exemplo, alimentação.

As terceira e quarta periferias (quadrante inferior esquerdo e inferior direito respectivamente) indicam aspectos da vivência cotidiana da população em relação à pandemia, ou seja, os termos evocados expressam o dia a dia, a rotina, os diálogos existentes. Ao contrário das periferias, o NC acaba sendo aquele sentimento existente e pouco ou nunca expressado pelos sujeitos, pois indicam as memórias coletivas que os indivíduos ou grupos têm em relação ao objeto.

É partir de seu núcleo central que o consenso se estabelece, que a homogeneidade do grupo se concretiza em termos de sentimentos e crenças. Neste sentido, podemos afirmar que, provavelmente, a população investigada de modo particular e a população em geral, alimentam o sentimento de medo da morte em decorrência da pandemia pelo novo coronavírus.

1.2 - Termo Indutor “Vítimas do novo coronavírus”

Quando evocados sobre as vítimas do novo coronavírus, os entrevistados indicaram como NC as expressões “tristeza”, “morte”, “família” e “medo”.

Figura 2: Quadrante Quatro Casas - Tabela Frequência x Ordem de Evocação (TabFreq) (N = 148)

+ +	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $< 3,5$	+ -	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $\geq 3,5$
1.90%	Tristeza	2.84%	Dor
2.33%	Morte		Preocupação
2.68%	Família		Hospital
2.44%	Medo	3.27%	Bolsonaro

- +	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação < 3,5	- -	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação >= 3,5
	Isolamento		Desespero
	UTI		Angústia
	Luto		Raiva
	Sofrimento		Política

Fonte: Dados interpretados da coleta.

O quadrante acima (Figura 2) indica também que o NC expressa todo o contexto de sofrimento das vítimas e das famílias envolvidas. Ao contrário do NC da COVID-19 onde a morte ainda é um sentimento, na figura 2 a morte deixa de ser um sentimento e passa a ser uma realidade, muitas vezes próxima, pois muitas pessoas internadas infelizmente vêm a óbito, daí o sentimento de tristeza expressado pelos entrevistados. Na primeira periferia (quadrante superior direito) expressões como “dor”, “preocupação”, “hospital” e “Bolsonaro” indicam o sentimento vivenciado, partilhado pela população em relação à pandemia. Sentimento representado pela perda, pela angústia de hospitalizações, pela preocupação em se contaminar e ser hospitalizado e sentimento de descrença pela ausência de diretrizes por parte do Governo Federal que assume uma postura de negação em relação à crise, cujo discurso tenta desacreditar a ciência e os especialistas em epidemiologia do país.

As demais periferias (terceira e quarta) traduzem o sentimento de angústia e desespero da população, cujas expressões evocadas dão a exata noção deste sentimento: UTI, luto, sofrimento, raiva, política. A expressão “morte” se mantém como NC em ambas as evocações e ambos quadrantes revelam o medo da “morte”. Na primeira figura no primeiro quadrante (superior esquerdo), medo de “morrer” caso venha a se contagiar; e na segunda figura primeiro quadrante (superior esquerdo) medo de “morrer” por estar contagiado.

A expressão “isolamento” que na evocação da figura 1 se posicionou na primeira periferia como sendo a prevenção possível, na figura 2 aparece na terceira periferia (quadrante inferior esquerdo) onde falamos de pessoas contaminadas, provavelmente internadas e, neste aspecto, o isolamento não faz mais sentido, pois já ocorreu o contágio. O isolamento perdeu o significado e a eficácia.

2 - Análises Quantitativas

Outros levantamentos particulares da coleta também revelaram aspectos representacionais importantes. Sobre a importância do isolamento social os sujeitos indicaram um grau elevado de concordância. Conforme tabela 1 a maioria dos entrevistados, 78 sujeitos, indica uma posição completamente favorável ao isolamento social (52.7%) e 43 sujeitos se dizem favoráveis (29.1%). Ou seja, 81.8% dos entrevistados se mostram favoráveis ou muito favoráveis ao isolamento.

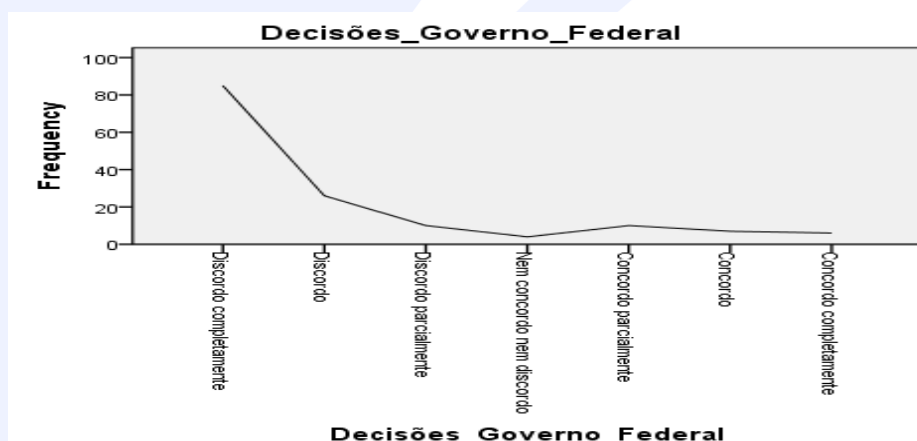
Tabela 1 – Isolamento Social

	Frequency	Percent	ValidPercent	Cumulative-Percent
Valid				
Completamente Desfavorável	1	,7	,7	,7
Desfavorável	3	2,0	2,0	2,7
Um pouco desfavorável	6	4,1	4,1	6,8
Nem favorável nem desfavorável	2	1,4	1,4	8,1
Um pouco favorável	15	10,1	10,1	18,2
Favorável	43	29,1	29,1	47,3
Completamente favorável	78	52,7	52,7	100,0
Total	148	100,0	100,0	

Fonte: Dados interpretados da coleta

A concordância pelo isolamento descrita na tabela 1 foi observada por ambos os sexos dos sujeitos da pesquisa. Com uma correlação de 0.842% entre gêneros e isolamento, sugere que todos os entrevistados percebem o isolamento como sendo fundamental no processo de prevenção. Isso se corrobora ainda mais quando observamos que os entrevistados discordam das diretrizes defendidas pelo Governo Federal, cuja posição contrária ao isolamento é pública (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Decisões Governo Federal



Fonte: Dados interpretados da coleta.

Declaradamente contra o isolamento, o Governo Federal se posiciona na contra mão da Ciência e dos especialistas do mundo e do Brasil, e os entrevistados têm esta percepção com clareza e revelam esse sentimento na pesquisa, onde a grande maioria (81.8%) é contrária às decisões do Governo Federal.

Este é um dado que se confirma quando apenas 25% dos entrevistados discordam das decisões dos Governos Estaduais contra 81.8% em relação ao Governo Federal. Ou seja, as ações de combate à pandemia foram assumidas e implementadas quase que exclusivamente pelos Governos Estaduais. Se por um lado os Governos Estaduais gozam de elevado percentual de confiabilidade (63.4%), o mesmo não se pode atribuir aos veículos de mídia, cujo resultado fica em 33,8% no que se refere à confiabilidade em relação à pandemia. Este

é um resultado importante, pois a transparência e a informação são fundamentais no combate. Todavia chama a atenção aos episódios de Fake News que se tem observado neste contexto. Em outros termos, apesar da mídia ter um papel preponderante no combate e nos esclarecimentos em relação à COVID-19, ela (a mídia) ainda padece de um estigma ideológico que tem marcado as disputas recentes no país e também carrega o estigma de ser pelas mídias, sobretudo, as digitais, que falsas notícias tem se espalhado no ambiente informacional.

Considerações finais

Este trabalho que objetivou compreender as representações sociais que as pessoas têm em relação à COVID-19 e conseqüentemente quais crenças e quais sentimentos possuem em relação aos diversos aspectos que envolvem a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), revelou um sentimento de pânico em relação a morte. Em ambas as evocações a morte aparece como um receio claro dos entrevistados. No primeiro caso receio de morrer caso venha a ser contaminado. Na segunda evocação medo de que pessoas contaminadas morram em decorrência do vírus.

Todavia, apesar do isolamento ter sido uma expressão verbalizada, o baixo índice de isolamento no país revela, em última instância, elevado grau de vulnerabilidade econômica da população, não sendo possível cumprir as orientações das autoridades sanitárias. Arriscamos dizer, portanto, que o isolamento foi substituído pela sobrevivência, revelando um dilema na população: ao aderir ao isolamento coloca em risco sua sobrevivência; ao desobedecer ao isolamento corre o risco de contaminação e conseqüentemente da morte.

Assim, a pandemia alterou o modo de vida das populações ao redor do mundo e tem revelado novas perspectivas no que se refere à sobrevivência humana; a forma como nos relacionamos, trabalhamos, mas, sobretudo, a pesquisa realizada com pessoas residentes no Centro-Oeste do Brasil pode nos dar uma referência do comportamento e do sentimento da população do País. Ainda que a referência seja de uma das cinco regiões do País, o que se verifica é que os dados aqui coletados podem ser usados como referência da população brasileira e importante estudo para avanço de pesquisas em outras regiões do País.

Entre os resultados da pesquisa, a questão da vulnerabilidade social é um dos itens centrais de reflexão dos sentimentos que a pandemia fez aflorar sobre a fragilidade com o trato das questões sociais de responsabilidade dos governos federal ou estadual.

A miséria financeira que assola boa parte da população irradia pela miséria social no que tange aos itens constitutivos de uma cidadania plena, com garantias formais de segurança, educação, transporte, lazer e saúde.

A exigência do isolamento social descortinou uma realidade camuflada em vários eixos de sustentação daquilo que consideramos como eixos de cidadania.

No tocante à educação, a nova realidade social imposta pela pandemia fez com que, a partir do isolamento, as escolas fossem obrigadas a reorganizar as aulas para o formato remoto, com uso de tecnologias digitais individuais, como computadores, telefones celulares, acesso à internet, além de uma logística de espaços domiciliares adequados, refeição e atenção familiar.

Esse formato reafirmou o distanciamento entre as classes sociais com escolas particulares que conseguem desenvolver as atividades desta forma e escolas públicas, que abrigam estudantes de uma classe social que não possuem condições logísticas e financeiras para acompanhar esse formato de aulas, ou seja, enquanto muitas crianças e adolescentes continuam a estudar, outras seguem sem o acesso à educação formal.

No tocante à saúde, o Sistema Único de Saúde -SUS que, apesar de uma atuação competente e muito à frente de alguns países do mundo, ainda possui uma limitação de atendimentos, fazendo com que aqueles que

possuem planos de saúde privado possam estar em uma condição de cuidados com a saúde melhor. Isso se torna mais intenso quando pensamos que além dos casos de Covid-19, todos os demais casos de saúde existentes em uma sociedade continuam a acontecer e é neste ponto que as diferenças entre os dois formatos de acesso à saúde se mostram mais distantes, pois, com a dedicação do SUS aos casos graves de Covid-19, os demais casos de problemas com a saúde ficam relegados à segundo plano, principalmente o volume de cirurgias ou consultas de rotina.

Com relação ao lazer, fica claro também que as pessoas que ficam isoladas socialmente tendo residências equipadas com tecnologias de TV a cabo, acesso à internet e lares confortáveis, ficam muito à frente daqueles que residem em moradias precárias, sem conforto ou possibilidade de aquisição de qualquer forma de entretenimento que envolva custo financeiro.

A segurança também se mostra absolutamente diferenciada para as diversas classes sociais neste momento de isolamento social e distanciamento, pois, enquanto algumas pessoas possuem moradias seguras, com segurança privada advinda de condomínios e casas equipadas com sistemas de segurança. Outras formas de moradia não possuem nenhum tipo de segurança diante de uma população que se apresenta frágil e, com certa frequência, agressiva.

O transporte também se caracteriza como um dos itens ligados à construção da cidadania com forte relação e consequências com a pandemia no tocante à possibilidade de contágio, pois, a partir da comprovação de que o distanciamento é fundamental para que o contágio do vírus possa ser evitado, o uso de transporte público como ônibus, trem ou metrô, passa a colocar essas formas de deslocamento como lugares inóspitos e muito inseguros. Fazendo com que, mais uma vez, o distanciamento da forma de vida daqueles que possuem transportes particulares sobre aqueles que necessitam de transporte público seja exacerbado e visível na sociedade.

Ser cidadão é ter direitos e deveres. Entre os itens constitutivos da cidadania, elencamos os cinco itens fundamentais, quais sejam, segurança, saúde, lazer, educação e transporte, que simbolizam a existência em plenitude.

As discussões sobre a constituição da cidadania é algo exaustivamente discutido em um Brasil desigual e com necessidades distintas para cada indivíduo. Há muito discute-se a questão do eixo da segurança, como se fosse o primeiro da lista, pois nenhum dos outros itens poderia existir, ou seja, sem segurança não é possível a utilização do transporte público que garanta a integridade do usuário no deslocamento para escola, trabalho, residência, lazer ou acesso à saúde, pois, sem segurança também não é possível frequentar ou permanecer no espaço escolar.

Mas foi com a pandemia da Covid-19 e a necessidade do isolamento social que o eixo da saúde se posicionou como o item fundamental da existência da sociedade, ou seja, sem o controle da doença, sem a existência de uma vacina ou da garantia de tratamento para todas as pessoas que forem infectadas, o descortinar de uma sociedade frágil mostra as mazelas à que os brasileiros já estavam expostos.

Muito mais do que a morte física existente com a pandemia da Covid-19, a pandemia torna pública a morte social pelo que passa o Brasil, com forte tendência de isso se agravar por conta de um abalo na economia, levando mais pessoas para perto da linha da pobreza, fazendo com que a cidadania seja questionada.

Tuzzo (2014) afirma que o cidadão é aquele que está na sociedade de forma economicamente privilegiada e pode pagar pela cidadania, comprando saúde, educação, segurança, lazer, por exemplo, ou seja, a cidadania é comprada, é privada, disponível e acessível para quem pode pagar por ela. Assim, cidadania tem a ver com o privado e a busca da cidadania tem a ver com o que é público. Cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre.

A partir dos estudos de Tuzzo (2014) podemos considerar que a questão de uma cidadania plena sempre foi um problema social pela falta de políticas públicas nestes âmbitos no Brasil, agravada, mas, sobretudo, desmascarada de forma mais incisiva com a pandemia da Covid-19.

Isso explica, em boa parte a expressão de medo fortemente expressada pelos respondentes da pesquisa. O medo foi o fator preponderante e de maior ênfase nas mais variadas formas demonstradas pelos brasileiros entrevistados.

Sobre isso, importante compreender as reflexões de Bauman (2008, p. 10) que elencou três tipos principais de medo na sociedade, que afloram em situações que ameaçam: a) “o corpo e as propriedades”; b) “a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela”; c) “o lugar da pessoa no mundo”. Assim, os medos, podem ser classificados em: questões físicas e de saúde; questões referentes à perenidade, manutenção do *status quo*, como possíveis crises financeiras e de empregos, educação, saúde, entre outros direitos sociais, civis e políticos; e por fim, questões que ferem diretamente as identidades na sociedade, suas posições na arquitetura social, bem como a fluidez de seu poder. Além disso, podemos pensar que existem medos de ordem física e de ordem psicológica e que todas elas, imersas em um universo simbólico, são ressignificadas pelo discurso de instituições formais.

Bauman (2008) afirma ainda que o governo, enquanto patrono principal do poder e gestão dos conflitos na sociedade, tem optado por não atender às necessidades da sociedade no que lhes aflige medo, pois é notável a possibilidade de controle a partir da insegurança, e muito mais, de incentivo ao consumo que fomenta a economia. Importante salientar que as reflexões acima foram feitas antes da existência da Pandemia da Covid-19, mas cabem muito bem no contexto ora estudado.

De uma forma geral as Representações Sociais da COVID-19 revelaram um Brasil desconhecido por grande parte da população. Um Brasil mais do que carente. Um país cuja miserabilidade acomete muito mais do que os 30 milhões de brasileiros originalmente pensados no que se refere ao auxílio emergencial criado pelo poder público federal. Parece que nem o Governo Federal tinha a dimensão do Brasil que somos.

Neste sentido, esta não é a primeira pesquisa relacionada ao estado de sobrevivência humana que a maioria dos brasileiros vive e certamente não será a última. O atual estado pandêmico em que vivemos nos obriga a sempre identificar aspectos relacionados à cidadania para tentar entender a nossa realidade.

Referências

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S. P; OLIVEIRA, D. C. de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Ed. AB, 1998.

ACEVEDO, J.A. Aplicación de una nueva metodología para evaluar las creencias del profesorado sobre la tecnología y sus relaciones con la ciencia. **Educación Química**, 16, 3, 372-382. 2005.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DO BÚ, E. A., ALEXANDRE, M. E. S., BEZERRA, V. A. S., SÁ-SERAFIM, R. C. N., COUTINHO, M. P. L. Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus do tratamento da COVID-19 por brasileiros. **Estud. psicol. (Campinas) vol.37 Campinas 2020**. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0103-166X2020000100505. Acesso em 29/05/2020.

FERREIRA, S. R. S.; BRUM, J. L. R. As representações sociais e suas contribuições no campo da saúde. **R. Gaúcha**

Enferm., Porto Alegre, v.20, n. esp., p.5-14, 2000. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4323>. Acesso em 31/05/2020.

JODELET, D. Vinte anos das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, D. C. & CAMPOS, P. H. F. (Orgs.). **Representações Sociais: uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-22.

JOVCHELOVIYCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

MAZZOTTI, A. J. A. **A abordagem estrutural das representações sociais**. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, 14/15, 1º e 2º semestre de 2002, p. 17-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913>. Acesso em 31/05/2020.

MOSCOVICI, S. **Sobre representações sociais**. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales: Paris, 1981.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Anos 90 – Revista do **Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 8, n. 13 (2000). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719>. Acesso em 31/05/2020.

TUZZO, Simone Antoniaci. O lado *Sub* da Cidadania a partir de uma leitura crítica da Mídia. In: PAIVA, Raquel e TUZZO, Simone Antoniaci. **Comunidade, mídia e cidade: Possibilidades comunitárias na cidade hoje**. UFG/FIC. Goiânia, 2014.

VALA, Jorge. **Psicologia Social** 10. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

VÈRGES, P. **Conjunto de programas que permitem a análise de evocações: EVOC: manual**. Versão 5. Aix en Provence: [S. n.] 2002.